

RS conecta juventude a evento nacional de skate

Circuito passará por 20 cidades com investimento de R\$ 2,5 milhões

Jürgen Mayrhofer/Arquivo Secom-RS

Jovens atendidos pelos Centros da Juventude participam na sexta-feira (27), em Porto Alegre (RS), de atividades ligadas ao Skate Total Urbe (STU) Nacional 2026, evento que abre o circuito nacional da modalidade.

A ação é promovida pelo governo estadual, por meio do RS Seguro COMunidade, e reúne 70 participantes de Alvorada (RS) e Viamão (RS), com acompanhamento de equipes técnicas. A proposta integra estratégias de prevenção à violência e ampliação de acesso a políticas públicas.

O grupo visitará áreas da competição e participará de oficinas no evento em Porto Alegre.

As atividades ocorrerão em dois períodos. Pela manhã, jovens de Alvorada participam de visita guiada, acesso às arquibancadas, lanche e oficina de arte.

À tarde, o mesmo formato atende o grupo de Viamão. A programação inclui contato com o ambiente esportivo e ações educativas durante o dia.

Os Centros da Juventude atuam em áreas com maior vulnerabilidade social e oferecem cursos, reforço escolar, atividades culturais e esportivas, além de orientação para inserção no trabalho. O Rio Grande do Sul conta com seis unidades em funcionamento, integradas a políticas públicas voltadas à juventude.

No sábado (28), o governo estadual realizará a abertura do Circuito Estadual de Skate



Participantes acompanharão competições, integrarão oficinas e terão acesso a ações de inclusão

RS 2026, no Parcão, em Portão (RS), das 9h às 14h. A iniciativa é conduzida pela Secretaria do Esporte e Lazer (SEL-RS) e faz parte do Programa Esporte e Lazer em Movimento.

O projeto conta com investimento de R\$ 2,5 milhões e terá participação do skatista Sandro Dias. O circuito prevê 22 eventos ao longo do ano em 20 cidades, com atividades abertas ao público e foco em formação esportiva.

As ações incluem sessões de treinamento itinerantes, organizadas por faixa etária entre 7 e 12 anos e 13 e 18 anos, além de iniciativas voltadas à participação feminina e de pessoas com defi-

ciência (PCD).

As cidades incluem Portão, Montenegro, Canela, Capão da Canoa, Xangri-lá, Tramandaí, Pelotas, Bagé, Santa Maria e Porto Alegre. Cada etapa contará com equipe técnica responsável pela condução das ações e acompanhamento dos participantes.

Os encontros terão duração de três dias. Na sexta-feira, ocorrem abertura e orientações iniciais. No sábado, há práticas esportivas com instrutores. No domingo, as atividades são encerradas com integração entre os grupos e avaliação final.

Cada etapa terá 80 vagas, totalizando 1,6 mil atendimentos.

As inscrições serão feitas em articulação com escolas, projetos sociais e redes comunitárias.

A proposta prevê apoio a municípios para manutenção e uso de espaços públicos destinados à prática da modalidade.

Uma etapa final reunirá participantes selecionados ao longo do circuito, na Orla do Guaíba. O encontro contará com jovens que se destacaram nas atividades.

Desde 2019, por meio do Programa Pró-Esporte, o governo do Rio Grande do Sul destinou R\$ 186,68 milhões a projetos esportivos, sendo R\$ 2,58 milhões voltados à prática do skate em diferentes regiões do estado.

PR testa tecnologia para recuperar água em lago

O Instituto Água e Terra (IAT) iniciou um projeto-piloto para melhorar as condições do lago do Parque São José, em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (PR). A ação utiliza uma estrutura flutuante que emprega microrganismos para degradar poluentes.

O equipamento já está em funcionamento em caráter experimental e recebeu investimento de R\$ 60 mil. A iniciativa foi desenvolvida em parceria com a Prefeitura de São José dos Pinhais e integra a agenda ambiental do governo do Paraná em alusão ao Dia Mundial da Água.

O projeto estadual prevê a permanência da estrutura no local por três meses, período em que os técnicos irão acompanhar os efeitos sobre o ambiente do lago.

A tecnologia foi criada pela empresa Infinito Mare e opera por meio de biorremediação, técnica que usa processos biológicos naturais para reduzir a contaminação.

O dispositivo conta com telas internas que estimulam a formação de biofilme e o crescimento de organismos nativos, como algas, que auxiliam na limpeza da água.

O sistema também possui iluminação de LED com recarga por energia solar, permitindo a continuidade da fotossíntese durante a noite.

A expectativa é que o conjunto favoreça a redução de resíduos e contribua para o equilíbrio do ecossistema.

Após o período de testes, o IAT deve avaliar os resultados para decidir sobre a ampliação da iniciativa.

Caso os indicadores apontem melhora, a proposta poderá ser levada a outros pontos do estado, incluindo rios e córregos. Além da função ambiental, o equipamento tem um objetivo educativo ao aproximar a população de práticas sustentáveis e do uso responsável dos recursos hídricos. A estrutura também será apresentada no Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas, previsto para junho, em Curitiba.

O IAT é vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e atua na gestão das águas no território estadual, com ações voltadas ao controle de cheias, combate à erosão, drenagem urbana e monitoramento da qualidade e quantidade dos recursos disponíveis.

SC: Corpo de Bombeiros define regras para a recarga de veículos elétricos

Divulgação/CBMSC

O Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) assinou na quarta-feira (25) a Instrução Normativa 23, que regulamenta a instalação de pontos de recarga de veículos elétricos em edificações no estado.

A medida define critérios de segurança contra incêndio para locais com Sistema de Alimentação para Veículos Elétricos e vale para imóveis novos e já existentes, em áreas abertas ou cobertas.

A norma prevê dois caminhos para adequação: requisitos gerais obrigatórios e projeto baseado em desempenho, aplicado quando não houver dispensa.

O texto foi elaborado com participação de especialistas, empresas e representantes do setor, após consulta pública que recebeu 59 contribuições ao longo de



Norma estabelece critérios de segurança em prédios

oito semanas.

Entre as exigências, estão regras para instalações elétricas e para os equipamentos de recarga.

A normativa determina um ponto de desligamento manual em cada pavimento, próximo a

acessos e rotas de saída, com sinalização para facilitar a identificação em caso de emergência. Também estabelece o seccionamento da alimentação elétrica do sistema, permitindo interrupção segura sem afetar outros serviços.

A instrução define responsabilidades para instalação, operação e manutenção, atribuídas a responsáveis técnicos, empresas e proprietários. Em vagas com sistema de recarga, deve haver sinalização adequada e proteção das rotas de saída. Em locais com apenas uma rota de emergência, é exigido afastamento mínimo entre o ponto de recarga e acessos como portas e elevadores.

Para áreas cobertas, a norma prevê sistema de detecção automática de incêndio, salvo exceções. Estruturas próximas aos equipamentos devem resistir ao calor e às reações associadas a incêndios com baterias.

O projeto baseado em desempenho exige análise de riscos, cenários de incêndio e medidas de controle, com foco na segurança.